

Relatório de Verificação dos Títulos Verdes Emitidos pela Eletrobras

Operação	Valor	Emissão	Vencimento
2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, em Rito Automático de Distribuição, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	R\$ 3.000.000,00	15/09/2023	15/09/2028

Alinhamento com ODS:



Alinhamento com categorias GBP:

Energia Renovável

Verificação do alinhamento aos critérios de 'Uso dos Recursos' definidos no Framework

- A 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures Simples da Eletrobras, realizada em 15 de setembro de 2023 e com vencimento em 15 de setembro de 2028, foi baseada no *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras;
- Em conformidade com o *Framework*, os recursos captados foram utilizados para o refinanciamento de pagamentos de bônus de outorga de quatro UHEs da Eletrobras ("Projetos Elegíveis");
- O período de *lookback* dos gastos reembolsados foi de 24 meses anteriores à emissão, como estimulado pelo *Framework*;
- A Eletrobras disponibilizou a ERM o Relatório de Finanças Sustentáveis 2023, o Contrato de Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital e uma planilha interna elaborada pela área de Normas Contábeis da Eletrobras contendo a distribuição dos valores dos bônus de outorgas por usina como comprovação da alocação dos recursos nos projetos;
- A emissora comunicou aos investidores e *stakeholders*, através do Relatório de Finanças Sustentáveis 2023, o percentual dos recursos destinados ao reembolso de cada projeto.
- Dessa forma, o uso dos recursos está alinhado ao Framework de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.**

Verificação do alinhamento dos critérios de 'Avaliação e Seleção de Projetos' definidos no Framework

- O processo de avaliação da elegibilidade dos projetos seguiu as etapas definidas no *Framework*: (i) Análise inicial; (ii) Avaliação dos critérios ASG; e, (iii) Priorização.
- As licenças ambientais e os documentos de atendimento as condicionantes ambientais dos projetos foram enviadas e verificadas pela ERM;
- A ERM realizou uma análise socioambiental dos projetos, a partir do qual foi possível observar a existências de práticas que visam mitigar potenciais impactos em áreas sensíveis próximas aos projetos elegíveis;
- Dessa forma, a avaliação e seleção dos projetos está alinhada ao Framework de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.**

Verificação do alinhamento dos critérios de 'Gestão dos Recursos' definidos no Framework

- Os recursos da 2ª Série da 4ª emissão de Debênture Verde da Eletrobras foram usados integralmente para reembolso de pagamento de bonificação de outorgas dos projetos elegíveis, de modo que não houve alocação temporária dos recursos captados.
- A Eletrobras informou que os projetos elegíveis não foram financiados por outras operações verdes ou temáticas.

- **Dessa forma, a gestão dos recursos está alinhada ao Framework de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.**

Verificação do alinhamento dos critérios de 'Relato' definidos no *Framework*

- A emissora reportou publicamente por meio do Relatório de Finanças Sustentáveis 2023 a totalidade das alocações dos recursos captados;
- De acordo com o Framework, a Eletrobras reportaria os seguintes indicadores:
 - Montante das receitas líquidas;
 - Saldo remanescente, caso houvesse;
 - Parcela dos recursos utilizadas em financiamento e/ou reembolso;
 - Breve descrições dos projetos selecionados para a alocação.A Eletrobras realizou o reporte dos indicadores através do Relatório de Finanças Sustentáveis 2023;
- Embora a Companhia tenha se comprometido no Framework a detalhar os gastos e a área florestal restaurada por projeto, essas informações não foram divulgadas publicamente, resultando em uma lacuna no relato.
- O Framework de Finanças Sustentáveis e o Second Party Opinion (SPO) associado ao Framework estão públicos no website da Eletrobras. Além disso, a Companhia se comprometeu a disponibilizar publicamente este Relatório de Verificação;
- **Dessa forma, o relato está parcialmente alinhado ao *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.**

DETALHES DO DOCUMENTO

TÍTULO DO DOCUMENTO	Relatório de Verificação dos Títulos Verdes Emitidos pela Eletrobras
SUBTÍTULO DO DOCUMENTO	Baseado no Framework de Finanças Sustentáveis da Companhia
DATA	19/11/2024
AUTOR	Cristóvão Alves; Camila Toigo; Camila Ballini; Felipe Alves
NOME DO CLIENTE	Eletrobras

Relatório de Verificação dos Títulos Verdes Emitidos pela Eletrobras

Baseado no Framework de Finanças Sustentáveis da Companhia



Camila Ballini Luiz
Consultant



Camila Toigo
Manager - Principal Consultant



Cristóvão Alves
Consulting Partner

ERM Brasil Ltda.

Avenida Luis Carlos Berrini, nº105 - Edifício
Thera Corporate, cj 171 - Cidade Monções -
São Paulo - Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2024

SOBRE A ERM

A ERM é uma consultoria líder global em sustentabilidade, com atuação em mais de 70 jurisdições e 8.000 colaboradores a nível global. Dentro de sua atuação em Finanças Sustentáveis, a ERM avaliou 300+ instrumentos financeiros para sustentabilidade, tais como títulos verdes, sociais, sustentáveis, fundos de investimentos sustentáveis e instrumentos ligados a metas. A ERM também é acreditada pela *Climate Bonds Initiative* a nível global e desde 2020 está entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis, conforme a *Environmental Finance*.

SUMÁRIO

ESCOPO	1
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	3
VERIFICAÇÃO	4
USO DE RECURSOS	5
AValiação E SELEÇÃO DE PROJETOS	8
GESTÃO DOS RECURSOS	14
RELATO	15
CONTROVÉRSIAS ASG	19
ANEXO I – ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS PROJETOS	22
ANEXO II - MÉTODOS	25

ESCOPO

O objetivo deste Relatório de Verificação é avaliar o alinhamento da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, em Rito Automático de Distribuição, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"; "Companhia"), realizada em 15 de setembro de 2023, com o *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras¹.

A 2ª Série da 4ª emissão é a primeira emissão baseada no *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras de agosto de 2023, sendo a primeira emissão baseada neste documento. A empresa ainda possui outro *Green Bond Framework*², elaborado em 2021, mas este documento não serviu de base para a operação financeira aqui avaliada - 2ª Série da emissão (ou "Debênture Verde"), com volume total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos foram utilizados para reembolso de outorgas referentes a quatro UHEs da Companhia.

A verificação da ERM está baseada no processo de alocação de recursos para os projetos verdes baseados no *Framework* da Eletrobras e seus benefícios ambientais.

O processo de verificação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da verificação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão;
- Preparação do relatório de verificação.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A ERM teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas. No entanto, foram apresentados apenas documentos internos não auditados da Companhia para comprovar a alocação dos recursos nos projetos elegíveis, além do Contrato de Adiantamento, o qual demonstra o consolidado do valor que a Eletrobras utilizou para pagamento de outorgas de outras UHEs além dos projetos elegíveis. Dessa forma, a ERM pôde prover uma opinião com nível limitado de asseguuração em relação à completude, precisão e confiabilidade.

RESPONSABILIDADES DA EMISSORA

A Emissora (Eletrobras) é responsável pela coleta, preparação e apresentação de forma adequada dos materiais a serem analisados, em linha com os *Green Bond Principles* (GPB). É de responsabilidade da Emissora manter registros apropriados e precisos sobre os dados relativos aos compromissos estabelecidos em seu *Framework* de Finanças Sustentáveis, de acordo com

¹ [Eletrobras Sustainability Bond Framework Aug2023_pt.pdf](#)

² [Eletrobras Green Bond Framework 20220503.pdf](#)

controles internos concebidos por ela para realizar o acompanhamento das informações necessárias para a execução do processo de emissão e verificação de emissões verdes.

RESPONSABILIDADES DA VERIFICADORA

Com base nos procedimentos de asseguuração limitada realizados e evidências obtidas, a ERM é responsável por verificar as informações recebidas, e expressar se algum aspecto chegou ao seu conhecimento que a leve a acreditar que as informações apresentadas neste Relatório estão imprecisas ou distorcidas de forma relevante.

USO DO RELATÓRIO

A Eletrobras é a única responsável pelo uso das informações contidas neste relatório, as quais foram verificadas por meio de procedimentos de asseguuração limitada, conforme os termos de engajamento acordados com a Eletrobras. A ERM não aceita nem assume qualquer responsabilidade pelo uso das informações contidas neste relatório para qualquer outro fim, por qualquer outra pessoa ou organização. A ERM não se responsabiliza, de forma alguma, perante terceiros com os quais o relatório, ou parte dele, seja compartilhado. O uso das informações por terceiros é por sua própria conta e risco.

LIMITAÇÕES

Os procedimentos conduzidos possuem limitações inerentes ao processo de verificação. A seleção das amostras e a conformidade com a norma ISAE 3000 estão sujeitas ao julgamento dos profissionais e serão essencialmente interpretadas de formas distintas.

A ERM considera que as informações fornecidas pela Eletrobras foram fornecidas de boa fé e livre de imprecisões relevantes. Não podemos atestar pela completude ou exatidão dos dados fornecidos. Ademais, os controles e procedimentos internos podem resultar em riscos inevitáveis que são possivelmente relevantes e podem não ter sido detectados.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A ERM não é acionista, investida, cliente ou fornecedora das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Em 2023, a ERM foi responsável pelo Relatório de Verificação do alinhamento da 1ª Série da 3ª Emissão de Debêntures Simples da Eletrobras CGT Eletrosul com *Framework* anterior da Companhia. Além disso, é válido indicar que o antigo *Green Bond Framework* da Eletrobras, foi desenvolvido com apoio de consultoria do programa de finanças sustentáveis da SITAWI (NINT, à época), que hoje faz parte da ERM. No entanto, o novo *Framework* da Companhia não teve participação da ERM em seu desenvolvimento. Dessa forma, a ERM declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca do alinhamento da emissão ao *Framework*.

As análises contidas nesse relatório são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM³ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

³ A responsável final por esse relatório é a ERM Brasil.

VERIFICAÇÃO

A ERM teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas para a Eletrobras, podendo assim prover uma verificação com nível razoável de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade de que a 2ª série da 4ª Emissão de Debêntures da Eletrobras está de acordo com as diretrizes previstas no Framework de Finanças Sustentáveis da Companhia.

O escopo da verificação incluiu as categorias de Uso de Recursos, Avaliação e Seleção dos Projetos, Gestão dos Recursos e Relato.

USO DE RECURSOS

A escritura da emissão estipulou que os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures da 2ª Série seriam utilizados para gestão ordinária dos negócios da Emissora, em linha com o Framework de Finanças Sustentáveis da Eletrobras⁴. Dessa forma, verificou-se que os recursos captados pela 2ª série da 4ª emissão de Debêntures da Companhia, emitida em 15 de setembro de 2023 e com vencimento em 15 de setembro de 2028, foram utilizados para o **reembolso de pagamentos de outorgas das Usinas Hidrelétricas (UHE) Estreito, Funil – RJ, Porto Colômbia e Itumbiara**. Estes projetos estão enquadrados na categoria “Energia renovável” do *Framework* e são apresentados na Tabela 1 abaixo.

TABELA 1 – DESCRIÇÃO DOS PROJETOS ELEGÍVEIS

Projeto Métrica → ↓	UHE Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	UHE Funil	UHE Porto Colômbia	UHE Itumbiara
Propósito	Geração hidrelétrica: seis unidades geradoras e sistema de transmissão de interesse restrito	Geração hidrelétrica: três unidades geradoras e sistema de transmissão de interesse restrito	Geração hidrelétrica: quatro unidades geradoras e sistema de transmissão de interesse restrito	Geração hidrelétrica: seis unidades geradoras e sistema de transmissão de interesse restrito
Capacidade instalada (MW)	1.050	216	320	2.082
Geração média anual (GWh/ano)	3.420	754,7 (média entre 2012 e 2021)	1.690	6.600
Emissões evitadas⁵ (tCO2/ano)	1.675.800	369.950	828.100	3.234.000
Localização	Pedregulho (SP) - Brasil	Itatiaia (SP) - Brasil	Rio Grande, entre os municípios de Planura (MG) e Guaíra (SP) - Brasil	Araporã (MG) - Brasil
Data de início das operações comerciais	Março de 1969	Novembro de 1969	1973	Abril de 1980

Fonte: Eletrobras; elaborado por ERM

De acordo com o *Framework*, para alocação em projetos de Hidrelétrica os recursos devem ser utilizados para “gastos em ativos existentes, incluindo modernização, repotenciação e

⁴ [Eletrobras Sustainability Bond Framework Aug2023_pt.pdf](#)

⁵ O cálculo das emissões evitadas foi provido pela Eletrobras, o qual foi calculado a partir da plataforma [EMISFERA](#), desenvolvida pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) para realizar o monitoramento e a análise de emissões atmosféricas de gases de efeito estufa (GEE) e poluentes locais no setor de energia. A ERM verificou a metodologia aplicada, assim como os resultados obtidos por meio de documentos internos disponibilizados pela Eletrobras.

hibridização de projetos hidrelétricos, pagamento de outorga, que seguem os critérios de elegibilidade definidos pela *Climate Bonds Initiative*".

Neste contexto, a Eletrobras apresentou à ERM o Contrato de Adiantamento por Conta de Futuro Aumento de Capital entre a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e Furnas Centrais Elétricas – FURNAS, no valor de R\$ 8.908.218.681,83, destinados para pagamentos de bônus de outorgas de UHEs diversas da operação nacional da empresa, incluso os projetos elegíveis. Assim, a Eletrobras informou que não houve pagamentos individualizados das outorgas dos projetos elegíveis, os quais foram realizados por meio de um único débito bancário abrangendo o pagamento de outorga das demais UHEs da Eletrobras. De acordo com a Companhia, o valor da debênture de R\$ 3.000.000.000,00 está incluso nos R\$ 8.908.218.681,83 informado pelo Contrato de Adiantamento apresentado. A ERM destaca que o Contrato de Adiantamento apresentado não detalha especificamente quais UHEs e as quantias de recurso destinadas a cada projeto.

O valor alocado por projeto também foi discriminado no Relatório de Finanças Sustentáveis 2023 da Companhia⁶. De acordo com este documento, 100% do valor captado com a emissão foi alocado para reembolso dos pagamentos do bônus de outorga dos projetos elegíveis, realizados em 20 de junho de 2022, conforme indicado na Tabela 2 abaixo. Vale ressaltar que este documento não é auditado externamente.

TABELA 2 – ALOCAÇÃO DA 2ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ELETROBRAS

Projetos	Valor da Outorga (R\$)	Valor Captado (R\$)	Porcentagem Utilizada	Pagamento da Outorga
UHE Funil - RJ	221.865.753,71	221.865.753,71	100%	20/06/2022
UHE Estreito	1.193.734.218,31	1.193.734.218,31	100%	20/06/2022
UHE Porto Colômbia	496.786.361,56	496.786.361,56	100%	20/06/2022
UHE Itumbiara	1.111.200.834,88	1.087.613.666,43	98%	20/06/2022
Total (R\$)	3.023.587.168,45	3.000.000.000,00	99%	-

Fonte: Eletrobras; elaboração ERM.

Além dos documentos já indicados acima, a ERM teve acesso a uma planilha interna elaborada pela área de Normas Contábeis da Eletrobras contendo a distribuição dos valores dos bônus de outorgas por usina.

Destaca-se também que a escritura da emissão estabelece que a Eletrobras deve enviar ao Agente Fiduciário declaração em papel timbrado e assinada por representante legal, atestando a destinação dos recursos líquidos das debêntures em até trinta dias corridos da data da efetiva destinação da totalidade de referidos recursos ou na Data de Vencimento das debêntures da 2ª Série, bem como uma cópia dos documentos que evidenciam o pagamento das outorgas. A Eletrobras apresentou à ERM o documento "Declaração de comprovação da destinação de recursos oriundos da primeira série da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública,

⁶ [Relatorio Financas Sustentaveis Holding.pdf \(eletrobras.com\)](#)

em rito automático de distribuição, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“emissão”), de 20 de setembro de 2024, atestando a destinação dos recursos conforme os critérios estabelecidos pela escritura.

A ERM verificou através dos materiais apresentados que os recursos captados foram utilizados para reembolsar parte dos projetos que atendem aos critérios de elegibilidade descritos *Framework* da Eletrobras.

Verificou-se que o uso de recursos ocorreu em conformidade com os critérios definidos pelo *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.

AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS

A ERM verificou que a avaliação e seleção dos projetos para alocação dos recursos da 2ª Série da 4ª Emissão da Eletrobras esteve alinhada com as etapas de avaliação de elegibilidade apresentadas no *Framework* da empresa.

O processo de avaliação da elegibilidade dos projetos foi realizado em três etapas, conforme estabelecido no *Framework*:

1. ANÁLISE INICIAL

Conforme estipulado pelo documento, nesta etapa foi (i) avaliado o enquadramento do projeto de acordo com a descrição de Projetos Elegíveis, tendo sido constatado que os projetos selecionados estavam enquadrados na categoria "Energia renovável", seção de "Projetos Elegíveis" Hidrelétrica, do *Framework*; e, (ii) verificado que a alocação dos recursos atende aos critérios de reembolso de gastos realizados em até 24 meses anteriores à data da 4ª Emissão e que a alocação integral dos recursos ocorrerá antes do vencimento do título.

2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS ASG

O *Framework* estipula que a Eletrobras deve analisar as características ASG dos projetos necessárias para sua seleção. Dessa forma, o documento estabelece os seguintes critérios de elegibilidade para os projetos de hidrelétrica: *Teste 1*) intensidade de potência superior a 5 W/m² por área inundada OU; *Teste 2*) intensidade de emissão de carbono⁷ inferior a 100g CO₂e/KWh, a partir do qual os testes serão realizados em até 24 meses antes da data de uma transação de sustentabilidade.

De acordo com a Eletrobras, os projetos UHE Funil-RJ e UHE Estreito são elegíveis por estarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Teste 1. Já a UHE Porto Colômbia e UHE Itumbiara são elegíveis mediante os parâmetros do Teste 2. Os resultados dos testes de elegibilidade realizados pela Companhia foram enviados à ERM e divulgados no Relatórios de Finanças Sustentáveis 2023⁸, e estão apresentados na Tabela 3 a seguir:

TABELA 3 – RESULTADOS DOS TESTES DE ELEGIBILIDADE

Projetos	Teste 1 - Intensidade de Potência superior a 5 W/m ² (W/m ²)	Teste 2 - Intensidade de Emissão inferior a 100g CO ₂ e/KWh (CO ₂ e/KWh)
UHE Funil – RJ	5,4	-
UHE Estreito	22,5	-
UHE Porto Colômbia	2,2	11,29
UHE Itumbiara	2,6	80,21

Fonte: Eletrobras; elaboração ERM.

⁷ O cálculo realizado pela Eletrobras foi baseado nos parâmetros da ferramenta G-RES Tool; para mais informações sobre a ferramenta, acesse: [G-res Tool](#).

⁸ https://eletrobras.com/pt/InovacaoSustentabilidade/Relatorio%20Financas%20Sustentaveis_Holding.pdf

Portanto, todos os projetos elegíveis são aptos a receberem os recursos captados pela 4ª emissão da Eletrobras.

Além disso, em relação à conformidade ambiental das usinas, a Eletrobras apresentou à ERM as licenças de operação das quatro UHEs elencadas como projetos elegíveis, emitidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A Companhia também disponibilizou a Autorização de Supressão Vegetal (ASV) da UHE Funil-RJ, que está dentro da validade. Segundo a Eletrobras, as UHE Itumbiara, Estreio e Porto Colômbia não são aplicáveis para esta documentação e não possuem ASV pois são usinas hidrelétricas antigas. Tais documentações estão estruturadas na tabela abaixo:

TABELA 4 – LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES

Licença / Autorização / Outorga	Número	Data da emissão	Validade
Licença de Operação – UHE Funil	Nº 1079/2012	21/02/2017	21/02/2027
Licença de Operação – UHE Estreito	Nº 1392/2017	19/06/2017	19/06/2027
Licença de Operação – UHE Itumbiara	Nº 613/2007	03/03/2017	03/03/2027
Licença de Operação – UHE – Porto Colômbia	Nº 1305/2015	31/08/2016	Em renovação ⁹
Autorização de Supressão de Vegetação – UHE Funil	Nº 1033.8.2023.06584	22/06/2023	22/06/2025

Fonte: Eletrobras; elaboração ERM.

Por fim, a empresa disponibilizou os documentos referentes ao atendimento das condicionantes ambientais dos projetos, como o Relatório Anual de Acompanhamento, Relatório de Acompanhamento Climático e relatórios de Comunicação Social, Educação Ambiental, Fomento ao Reflorestamento, Hidrossedimentológico, Ictiofauna, Limnologia e Sismologia. Dessa forma, entendemos que a Eletrobras está em conformidade com as condicionantes ambientais nos projetos elegíveis.

A ERM realizou uma análise de possível interferência das hidrelétricas em áreas sensíveis, baseado em dados espaciais das quatro UHEs. As figuras no anexo i – apresentam a localização das usinas e potenciais interferências em seu entorno.

A ERM avaliou a proximidade das usinas com Unidades de Conservação e comunidades, como favelas, quilombolas e indígenas, para compreender as possíveis interferências dos projetos em áreas consideradas prioritariamente sensíveis. Os resultados estão abaixo:

- A área da UHE Estreio (Luiz Carlos Barreto de Carvalho – Figura 3) fica a pelo menos 320 km de uma unidade de conservação estadual; 280 km de um assentamento do INCRA; e, a pelo menos 400km de uma unidade de conservação federal;

⁹ Conforme a [Resolução CONAMA 237/1997 \(Art. 18, § 4º\)](#), a renovação de uma licença ambiental deve ser solicitada com 120 dias de antecedência ao término de sua validade, sendo automaticamente prorrogada até a decisão final do órgão ambiental competente. Atendendo a esse requisito, a Eletrobras protocolou o pedido de renovação da Licença de Operação da UHE Porto Colômbia, válida até 31/08/2022, em 17/03/2021. O processo de renovação ainda está em andamento, garantindo a validade da licença até a manifestação definitiva do órgão responsável. A Eletrobras enviou à ERM o comprovante de solicitação de renovação como evidência do processo.

- A área da UHE Porto Colômbia (Figura 5) fica localizada a pelo menos 400 km de um assentamento do INCRA;
- Já a UHE Funil (Figura 2) e Itumbiara (Figura 4) fazem fronteira com Unidades de Conversação estadual e municipal, respectivamente, além da UHE Funil estar a cerca de 80km de uma comunidade de favela.

Considerando as informações acima, a ERM avaliou que há um maior potencial de impacto da UHEs Funil e Itumbiara em áreas sensíveis, devido a maior proximidade destas UHEs a unidades de conservação e favelas. Sendo assim, a ERM solicitou à Eletrobras informações e evidências de projetos e ações que a empresa tem realizado para mitigar e monitorar o impacto potenciais nestas áreas. No entanto, vale ressaltar que, apesar de uma maior distância da UHE Estreito e da UHE Porto Colômbia de áreas sensíveis, ainda há risco de interferência dos projetos nestas áreas.

A Eletrobras apresentou o caderno temático sobre Relacionamento com Comunidades¹⁰, de 2023, onde informou a realização do levantamento cadastral para a implantação do Plano de Ação de Emergência de Segurança de Barragens (PAE), incluindo as áreas da UHE Funil. Ainda sobre a UHE Funil, a empresa apresentou o Relatório Anual do Subprograma de Fomento ao Reflorestamento e Revegetação de Áreas de Preservação Permanente do Reservatório. Este documento destaca a implementação de ações para mitigar os impactos ambientais causados pela ocupação das Áreas de Preservação Permanente (APP), como a sensibilização sobre a importância da participação no Programa, o fornecimento de mudas e assistência técnica, a orientação técnica quanto ao plantio e cuidados culturais, além do acompanhamento contínuo da implementação, com registro e notificação das demandas dos proprietários à empresa responsável, visando ajustar a metodologia e aumentar a adesão.

Sobre a UHE Itumbiara, a Eletrobras apresentou à ERM o Relatório Anual 2024 referente ao atendimento à Condição Específica 2.4 da Renovação da Licença de Operação nº 613/2007 da UHE, o qual demonstrou a continuidade do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social da UHE Itumbiara, estipulado desde 2016, por meio de visitas técnicas, repasses de informações e palestras para comunidades. Além disso, o relatório informa as ações realizadas sob o Projeto de Revegetação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório da UHE Itumbiara, onde demonstra a produção de 221.429 mudas no viveiro da UHE, além do plantio de 3.483 mudas ao longo das margens do reservatório, incluso em APP, como a Unidade de Conservação observada na análise da ERM.

Ainda sobre a análise realizada pela ERM, a Eletrobras também esclareceu que a UHE Itumbiara entrou em operação em 1980 e que a Unidade de Conservação Parque Estadual da Mata Atlântica (PEMA), a qual faz fronteira com o reservatório da UHE e identificada na análise realizada pela ERM como uma unidade de conservação, foi criado pelo Decreto nº 6.442, de 12 de abril de 2006. Quanto a UHE Funil, ela entrou em operação em 1969 e a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Estadual do Médio Paraíba (PEMA), igualmente identificada pela ERM como uma unidade de conservação na análise realizada, foi criada pelo Decreto Estadual nº 45.659, de 18 de maio de 2016.

Sobre a comunidade próxima à UHE Funil, a Companhia esclareceu que a área se refere a uma comunidade no município de Itatiaia, às margens da Via Dutra, a cerca de 3,5 km do Reservatório

¹⁰ [Relacionamento-Comunidades-2023.pdf \(eletrobras.com\)](#)

da UHE, a qual instalou-se na região na década de 1990, não tendo interferência com a hidrelétrica. Dessa forma, a Eletrobras informou que as UHEs já estavam presentes antes da criação das unidades de conservação e da instalação da comunidade, e ainda ressalta que as Usinas possuem licenças de operação válidas e vêm cumprindo as exigências dos órgãos ambientais licenciadores, não causando impactos nas referidas UCs e comunidades. A ERM não encontrou nenhuma controvérsia referente ao processo de assentamento da comunidade próximo à UHE Funil.

A Eletrobras também apresentou o contrato para a realização da primeira Avaliação de Impactos de Direitos Humanos (AIDH) independente da companhia, um projeto em andamento que tem como objetivo identificar e abordar os impactos adversos atuais e potenciais que suas operações como um todo possam causar, bem como aqueles com os quais contribui ou estar diretamente associada, sob a perspectiva dos Direitos Humanos. A avaliação foca no complexo hidrelétrico de Paulo Afonso como plano piloto, que inclui as Usinas Hidrelétricas (UHEs) Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales, com um potencial de geração de 4.279 MW concentrado em um trecho curto do médio rio São Francisco, a 420 km de Recife (PE) e 380 km de Salvador (BA). A empresa destacou que os achados e planos de ação resultantes da AIDH serão escaláveis para outras operações da Eletrobras.

Por fim, a Companhia apresentou à ERM o Edital do Programa Esportivo das Empresas Eletrobras 2023, através do qual destina até R\$ 16.000.000,00 aos projetos focados em:

- I. **Desporto educacional:** Praticado em sistemas de ensino e formas não sistemáticas de educação, sem seletividade ou competição excessiva, visando o desenvolvimento integral do indivíduo e sua preparação para a cidadania e o lazer.
- II. **Desporto de rendimento/profissional:** Praticado conforme a Lei 9.615/1998 e regras esportivas, com o objetivo de alcançar resultados e integrar comunidades nacional e internacionalmente. É organizado profissionalmente, com remuneração formal entre atleta e entidade esportiva.
- III. **Desporto de rendimento/formação/não profissional:** Focado na formação e aperfeiçoamento de atletas, promovendo a prática esportiva de forma recreativa ou competitiva, sem contrato de trabalho formal, mas com possibilidade de patrocínio e incentivos materiais, especialmente para atletas em situação de vulnerabilidade social.

Apresentaram também o Edital de Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras - Edição 2021, através do qual destina até R\$ 4.200.000,00 aos projetos focados em:

- I. **Educação ambiental:** Base para a conscientização e ação em todas as áreas ambientais.
- II. **Proteção a espécies ameaçadas:** Foco na conservação da biodiversidade.
- III. **Manejo sustentável:** Utilização responsável dos recursos naturais, garantindo sua preservação.
- IV. **Recuperação de áreas degradadas:** Reabilitação de ecossistemas e contribuição para a absorção de carbono.
- V. **Desenvolvimento de tecnologias e práticas sustentáveis:** Inovação e implementação de soluções que reduzem o impacto ambiental e promovem sustentabilidade.

Com isso, é possível inferir a realização de projetos socioambientais nas localidades dos projetos elegíveis, e apesar de terem sido identificadas potenciais interferências das UHE Funil e UHE Itumbiara com Unidades de Conservação e comunidades próximas, a ERM avalia que a Eletrobras tem programas e ações para mitigar potenciais impactos das usinas nestas áreas.

3. PRIORIZAÇÃO

De acordo com o *Framework*, serão priorizados os projetos com as melhores avaliações ASG. A alocação final e a definição dos Projetos Elegíveis serão analisadas e aprovadas pela equipe de Gestão Executiva e/ou pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, a Eletrobras forneceu à ERM um documento organizado pelo Grupo de Trabalho Permanente de Financiamento Sustentável da Companhia, intitulado “Certificação de Títulos Verdes - Etapa de Seleção das Usinas Hidrelétricas”, o qual demonstra que o processo de priorização das UHEs seguiu os critérios estabelecidos pelo *Framework*.

A avaliação ASG realizada utilizou como referência o “*Hydropower Criteria the Hydropower Criteria for the Climate Bonds Standard & Certification Scheme*”¹¹, da *Climate Bond Standard* (CBI) para definir os critérios de avaliação. Desse modo, a Eletrobras realizou três testes para considerar o enquadramento das UHEs para a alocação dos recursos captados pela 2ª Série da 4ª Emissão da empresa. Os Teste 1 e o Teste 2 já foram apresentados na Tabela 2 deste relatório de verificação.

O Teste 3 consistiu na avaliação da capacidade de adaptação e resiliência climática dos projetos previamente aprovados no Teste 1 e no Teste 2. Complementando as informações analisadas nas etapas anteriores, o grupo de trabalho avaliou diagnósticos técnicos das UHEs e realizou reuniões com suas gestões para definir o enquadramento final para a alocação dos recursos.

Por meio da análise das informações socioambientais coletadas nos três testes realizados, o Grupo de Trabalho Permanente de Financiamento Sustentável definiu a seguinte ordem de priorização: UHE Estreito, UHE Itumbiara, UHE Porto Colômbia e UHE Funil-RJ.

4. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Como critério de exclusão, a Eletrobras comprometeu-se no *Framework* a não financiar ou reembolsar projetos que apresentem controvérsias recorrentes nas avaliações de risco ESG feitas por agências especializadas do mercado. Além disso, a empresa comprometeu-se a excluir projetos relacionados a combustíveis fósseis, tabaco, energia nuclear e armas. Assim, durante a vigência da emissão, a Eletrobras tem o compromisso de monitorar as controvérsias envolvendo os projetos elegíveis e fornecerá informações aos investidores sobre os principais temas e ações implementadas. Se necessário, a empresa poderá excluir projetos controversos do *pool* de financiamento dos recursos captados.

A ERM não encontrou, por meio de sua pesquisa de controvérsias, apresentada na seção controvérsias asg deste Relatório, nenhuma controvérsia relacionada aos projetos elegíveis, assim como nenhuma controvérsia referente aos projetos elegíveis foi relatada pela Companhia. Ainda, de acordo com a verificação realizada por este Relatório de Verificação, nenhum dos projetos elegíveis se enquadram nos setores e atividades descritos nos critérios de exclusão do *Framework*.

¹¹ [Hydropower-Criteria-doc-March-2021-release3.pdf](#)

Verificou-se que a avaliação e seleção dos projetos está em conformidade com os critérios definidos pelo *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.

GESTÃO DOS RECURSOS

Os recursos captados pela 2ª Série da 4ª emissão de Debênture Verde da Eletrobras foram utilizados integralmente para reembolso da bonificação de outorga das UHE Estreito, Funil – RJ, Porto Colômbia e Itumbiara. Dessa forma, não houve alocação temporária dos recursos.

De acordo com o *Framework*, os recursos líquidos devem ser alocados para reembolsar gastos que ocorreram no máximo 24 meses antes da data de emissão ou para financiar gastos que ocorram em até 24 meses após a data da emissão. Conforme mencionado anteriormente, os recursos foram utilizados para reembolso de gastos ocorridos em junho de 2022, estando em conformidade com o estipulado no documento.

Além disso, a Eletrobras informou que os projetos elegíveis não foram financiados por outras operações verdes ou temáticas além da 2ª Série da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia. Nenhum projeto elegível refinanciado pela emissão deixou de atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras e pela escritura da emissão até o momento da elaboração deste Relatório de Verificação. Ainda em relação a gestão dos recursos captados, a Eletrobras informou que a Diretoria de Finanças Corporativas da empresa foi a responsável pela alocação e acompanhamento destes recursos.

Verificou-se que a gestão dos recursos ocorreu em conformidade com os critérios definidos pelo *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras.

RELATO

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Em seu *Framework*, a Eletrobras se comprometeu a publicar anualmente um relatório de recursos de qualquer instrumento de títulos verdes, sociais ou sustentáveis, os quais seriam disponibilizados publicamente em seu *website*. A empresa se comprometeu com o reporte das seguintes informações:

- I. O montante das receitas líquidas atribuídas a cada projeto elegível, individualmente ou por categoria.
- II. O saldo remanescente de proventos não alocados que permanecem pendentes, se houver.
- III. A parte dos recursos utilizados para financiamento vs. reembolso.
- IV. Breves descrições dos projetos selecionados.

A Eletrobras realizou o reporte indicado por meio do Relatório de Finanças Sustentáveis 2023¹², publicado em seu site. Dentre as informações disponibilizadas no documento estão:

- I. Os recursos captados pela emissão foram utilizados para o reembolso do pagamento da bonificação de outorga referente à quatro Usinas Hidrelétricas (UHEs), como demonstrado na seção de Uso de Recursos, Tabela 2, deste Relatório de Verificação.
- II. Não há saldo remanescente, uma vez que os recursos captados foram utilizados para reembolso de pagamento de outorgas.
- III. 100% dos recursos captados pela emissão foram utilizados para o pagamento de bonificação de outorgas das UHEs, como demonstrado na seção de Uso de Recursos, Tabela 2, deste Relatório de Verificação.
- IV. Os recursos captados foram utilizados em projetos de geração e transmissão de energia renovável. Nesse sentido, as características das UHEs de destino dos recursos foram descritas na Tabela 1 deste Relatório de Verificação.

Dessa maneira, o relato referente a alocação dos recursos cumpre o compromisso firmado pela Companhia, que prevê a realização de uma verificação externa sobre a alocação dos recursos (realizado por este Relatório de Verificação). Este documento será disponibilizado publicamente no *website* da empresa.

2. RELATÓRIO DE IMPACTO

O *Framework* da Companhia estabelece que a Eletrobras reportará indicadores qualitativos e quantitativos sobre as métricas de impacto de todos os Projetos Elegíveis financiados, além de publicar o Relatório de Impacto anualmente, podendo ser um documento autônomo ou parte de outro documento.

No *Framework*, a empresa também se compromete a divulgar a produção anual de energia dos projetos elegíveis, capacidade instalada, emissões anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE) evitadas. Referente as comunidades, a Companhia comprometeu-se em divulgar o número, volume de despesas e descrições das ações sociais executadas, além dos números de beneficiários das ações sociais implementadas. Sobre biodiversidade, a Eletrobras

¹² [Relatorio Financas Sustentaveis Holding.pdf \(eletrobras.com\)](#)

comprometeu-se divulgar o número, volume dos gastos e descrições das ações de proteção e restauração da biodiversidade, além da área florestal protegida e a área florestal restaurada.

Através do Relatório de Finanças Sustentáveis 2023 da Eletrobras, a empresa publicou as informações sobre produção anual de energia dos projetos elegíveis, capacidade instalada, emissões anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE) evitadas, conforme apresentado na seção de Uso de Recursos, Tabela 1, deste Relatório de Verificação.

Em relação às comunidades, por meio do Relatório de Finanças Sustentáveis, a Eletrobras detalhou os projetos realizados na UHE Itumbiara, incluindo o “Suçuaranas no Quintal”, que visa desenvolver uma base científica para a conservação de espécies ameaçadas no sudeste de Goiás, promovendo a coexistência entre pessoas e vida selvagem em paisagens produtivas e áreas protegidas.

Sobre as UHE Funil e Estreito, o Relatório relata a implementação do Núcleo de Integração Comunitária, o qual faz parte do Programa de Articulação Institucional (PAI) da Eletrobras. Segundo o Relatório de Finanças Sustentáveis analisado, o PAI foi elaborado pelas equipes técnicas de Meio Ambiente e Responsabilidade Social e aprovado pelo IBAMA, em conformidade com as exigências de regularização ambiental das Usinas Hidrelétricas de Funil e Estreito. O documento ainda informou que está previsto, sem data específica, a elaboração para ambos os projetos um plano que abranja a implementação e gestão dos Projetos de Referência, além do fortalecimento das necessidades específicas das regiões.

Os detalhes de impactos da UHE Funil, Estreito e Itumbiara estão descritos na tabela abaixo:

TABELA 5 – IMPACTOS EM COMUNIDADES NA UHE FUNIL, ESTREITO E ITUMBIARA

Projeto	Ação social realizada – descrição	Volume das despesas (R\$)	Número de beneficiários
UHE Estreito (Luiz Carlos Barreto de Carvalho)	Programa de Articulação Institucional (PAI) – iniciativa que garante a regularização ambiental das Usinas Hidrelétricas de Funil e Estreito, em conformidade com as exigências do IBAMA.	809.488,80	4.500
UHE Funil		400.000,00	12.000
UHE Itumbiara	Projeto “Suçuaranas no Quintal” - base científica para a conservação de espécies ameaçadas no sudeste de Goiás, promovendo a coexistência entre pessoas e vida selvagem em paisagens produtivas e áreas protegidas.	199.924,20	11.450

Fonte: Eletrobras; elaborado por ERM

Não há informações disponíveis sobre os impactos às comunidades relacionados à Usina Hidrelétrica Porto Colômbia. A ERM ressalta que tais informações foram apenas relatadas pela Companhia por meio de seu Relatório de Finanças Sustentáveis de 2023, as quais não passaram por uma auditoria independente para assegurar a legitimidade dos números informados.

Por fim, sobre os impactos na biodiversidade relacionados aos projetos, a Eletrobras disponibilizou as seguintes informações sobre os projetos elegíveis:

TABELA 6 – IMPACTOS REFERENTE A BIODIVERSIDADE DOS PROJETOS ELEGIVEIS

Projeto / Métrica	UHE Estreito	UHE Funil	UHE Porto Colômbia	UHE Itumbiara
Ação de proteção e restauração da biodiversidade – descrição	Mais de 600 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica e do Cerrado foram produzidos nos viveiros de usinas hidrelétricas de Furnas, Estreito, Marimondo, Funil e Itumbiara e utilizadas no plantio de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos reservatórios.	Um estudo de biotelemetria está sendo conduzido no rio Paraíba do Sul para monitorar o deslocamento de espécies ameaçadas de extinção, como Piabanha, Surubim-do-Paraíba e Grumatã, por meio de marcação e soltura. Paralelamente, está em avaliação a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) na Mata do Mariano, área de influência da Usina do Funil (RJ).	O programa de repovoamento de peixes reintroduziu mais de 100 mil alevinos de espécies ameaçadas, como Dourado, Pacu Caranha e Piracanjuba, na área de influência da Usina de Porto Colômbia (MG). Além disso, há monitoramento periódico da fauna, com foco em crustáceos exóticos, e o desenvolvimento de uma metodologia para o monitoramento bioacústico passivo da fauna do reservatório da UHE Porto Colômbia.	O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da UHE de Itumbiara visa o reflorestamento das margens do reservatório com mudas de árvores nativas produzidas no viveiro da usina, focando na recuperação da cobertura florestal e na manutenção da fauna regional. O plano inclui programas de monitoramento periódico da fauna, com ênfase na ictiofauna, mamíferos e répteis aquáticos.
Área florestal protegida (ha)	420,00	1.181,07	940,99	1.095,07

Fonte: Eletrobras; elaborado por ERM

Apesar da Companhia ter se comprometido no *Framework* em discriminar o volume de gastos das ações de proteção e restauração da biodiversidade executadas por projeto e a área florestal restaurada, tais informações não foram reportadas publicamente, configurando uma lacuna no relato. A ERM ressalta novamente que tais informações foram apenas relatadas pela Companhia por meio de seu Relatório de Finanças Sustentáveis de 2023, as quais não passaram por uma auditoria independente para assegurar a legitimidade dos números informados.

Desta forma, verificou-se que o relato está parcialmente alinhado com os critérios definidos no *Framework* de Finanças Sustentáveis da Eletrobras. Isto pois, embora a Companhia tenha se comprometido no Framework a detalhar os gastos e a área florestal restaurada por projeto, essas informações não foram divulgadas publicamente, resultando em uma lacuna no relato.

CONTROVÉRSIAS ASG

Por meio de pesquisa em portais fiscalização ambiental e trabalhista, a ERM verificou que a Eletrobras não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e não possui embargos no Ibama nos últimos 5 anos.

Além disso, foi realizada uma pesquisa de mídia acerca de casos com repercussão negativa envolvendo a Eletrobras. Foram identificadas seis controvérsias, sendo três de severidade alta e três de severidade média/baixa. Nenhuma das controvérsias identificadas está relacionada diretamente com os projetos financiados pelas Debêntures. A equipe da Companhia foi consultada sobre os casos e apresentou esclarecimentos, destacados na coluna "Responsividade".

Vale ressaltar que nesta pesquisa foram considerados apenas casos que ocorreram desde a última atualização da pesquisa de controvérsias da empresa, realizada em dezembro de 2023¹³, na qual foram identificadas dez controvérsias ASG de baixa e média severidade. Igualmente, nenhuma das controvérsias identificadas no último relatório está relacionada diretamente com os projetos financiados pela 2ª Série da 4ª Emissão da Eletrobras. Para mais detalhes a respeito de casos anteriores envolvendo a empresa podem ser consultados nos Pareceres Independentes das outras operações realizadas na página de sustentabilidade da Companhia¹⁴.

O detalhamento dos casos identificados é apresentado na Tabela a seguir.

TABELA 7 – CONTROVÉRSIAS ASG DA ELETROBRAS

Controvérsias Ambientais		
Controvérsia	Severidade	Responsividade
Maio/2024 – Depois de acordo judicial, Chesf vai pagar R\$ 40 milhões em indenização a moradores do extinto povoado Cabeço (SE) ¹⁵ . Após construção de barragem UHE Xingó, ocorreram diversas enchentes no povoado de Cabeço, destruindo toda a comunidade. Os moradores afetados entraram com ação judicial solicitando indenização, desenvolvendo três processos judiciais para a reparação dos impactos	Severa	Defensiva – As Ações Cíveis Públicas nº 0002809-27.2002.4.05.8500 e 0000420-35.2003.4.05.8500 apresentavam risco provável e possuíam provisão de cerca de R\$ 104 milhões, decorrente de sentenças condenatórias. O processo nº 0000421-20.2003.4.05.8500, apesar de apresentar risco possível no momento, já tinha uma sentença condenatória com embargos de declaração pendentes. O acordo, firmado com participação do MPF e homologado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, encerrou definitivamente os litígios.
Julho/2024 – Eletrobras aumenta vazão de hidrelétrica e é criticada sobre impacto no Pantanal ¹⁶ .	Baixa	Defensiva – A Companhia esclareceu que o aumento de vazão foi solicitado à Diretoria da Eletrobras Furnas pela Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, por meio do Ofício 049/2024, com o objetivo de contribuir para o combate aos

¹³ [PARECER INDEPENDENTE \(eletrobras.com\)](https://www.eletrobras.com)

¹⁴ [Sustentabilidade \(eletrobras.com\)](https://www.eletrobras.com)

¹⁵ [Após acordo judicial, Chesf vai pagar R\\$ 40 milhões em indenização a moradores do extinto povoado Cabeço \(SE\) — Procuradoria da República em Sergipe \(mpf.mp.br\)](https://www.mpf.mp.br)

¹⁶ [Eletrobras aumenta vazão de hidrelétrica e é criticada sobre impacto no Pantanal - Meio Ambiente - Campo Grande News](https://www.campo-grande-news.com.br)

Controvérsias Ambientais

		incêndios na região à jusante do APM Manso. Após análise da Diretoria de Operação Sudeste da Eletrobras e de sua equipe técnica, a solicitação foi encaminhada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT). Em seguida, a Eletrobras, por meio da Correspondência Externa OOAM.F.E.409.2024, informou à SEMA-MT que atenderia às restrições impostas pelo órgão ambiental, conforme detalhado no Ofício Nº 190596/CEE/SUIMIS/2024. Entre essas restrições, destacava-se a exigência de que, no período de estiagem (maio a outubro, podendo ser estendido conforme a variação do nível de água), a vazão média não deveria variar mais de 10% de um dia para o outro. Assim, a Companhia seguiu cumprindo as determinações da SEMA-MT.
--	--	---

Controvérsias Sociais

Controvérsia	Severidade	Responsividade
Maio/2024 - Eletrobras contraria plano energético e retoma projetos para erguer megausinas no Tapajós ¹⁷	Moderado	Defensiva - A empresa informou que liderava o Consórcio Tapajós, responsável pelo registro ativo na Aneel e pela condução dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos (AHEs) São Luiz do Tapajós e Jatobá. No entanto, os projetos foram suspensos na fase de estudos em 2016, sem a criação de empreendimentos ou de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) vinculada. Ainda, a empresa informou que os Termos de Referência para os Estudos de Impacto Ambiental dos AHEs Jatobá e São Luiz do Tapajós foram emitidos em 2012, com estudos ambientais e socioeconômicos realizados até 2015, culminando no arquivamento do processo de licenciamento do AHE São Luiz do Tapajós pelo Ibama em 2016. Mais informações estão disponíveis em seu <i>website</i> ¹⁸ .
Junho/2024 - Negociação entre Eletrobras e entidades sindicais avança em audiência no TST ¹⁹	Baixa	Remediativa - Segundo a Companhia, as negociações para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2026, iniciadas em abril de 2024 entre a Eletrobras e as entidades sindicais, estão em fase final e contam com a mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Acordo Coletivo de Trabalho já foi assinado em nove estados, enquanto as bases dos demais estão realizando assembleias para deliberar sobre a proposta final da empresa, que inclui diversos avanços e benefícios.

Controvérsias de Governança

Controvérsia	Severidade	Responsividade
--------------	------------	----------------

¹⁷ [Eletrobras contraria plano energético e retoma projetos para erguer megausinas no Tapajós - \(\(o\)\)eco \(oeco.org.br\)](https://oeco.org.br)

¹⁸ [EnergiaALimpo - Temas relevantes ESG \(eletrobras.com\)](https://eletrabras.com)

¹⁹ [Negociação entre Eletrobras e entidades sindicais avança em audiência no TST - TST](#)

Controvérsias de Governança

Maio/2024 - Piauí cobra R\$3,6 bi da União e Eletrobras por Cepisa²⁰.

Muito Severa

Defensiva - Segundo a Eletrobras, o Estado do Piauí ajuizou uma ação civil (ACO 3.024) contra a Companhia, o governo brasileiro e o BNDES, buscando indenização pela venda da Companhia Energética do Piauí (CEPISA), que era responsável pela distribuição de energia no estado. A venda da participação majoritária de 97% do Estado do Piauí na CEPISA ocorreu após a empresa não ter sido adquirida durante o processo de privatização conduzido pelo BNDES em 1999. O processo ainda aguarda decisão final do STF, que suspendeu provisoriamente o cumprimento da sentença até a conclusão do julgamento²¹.

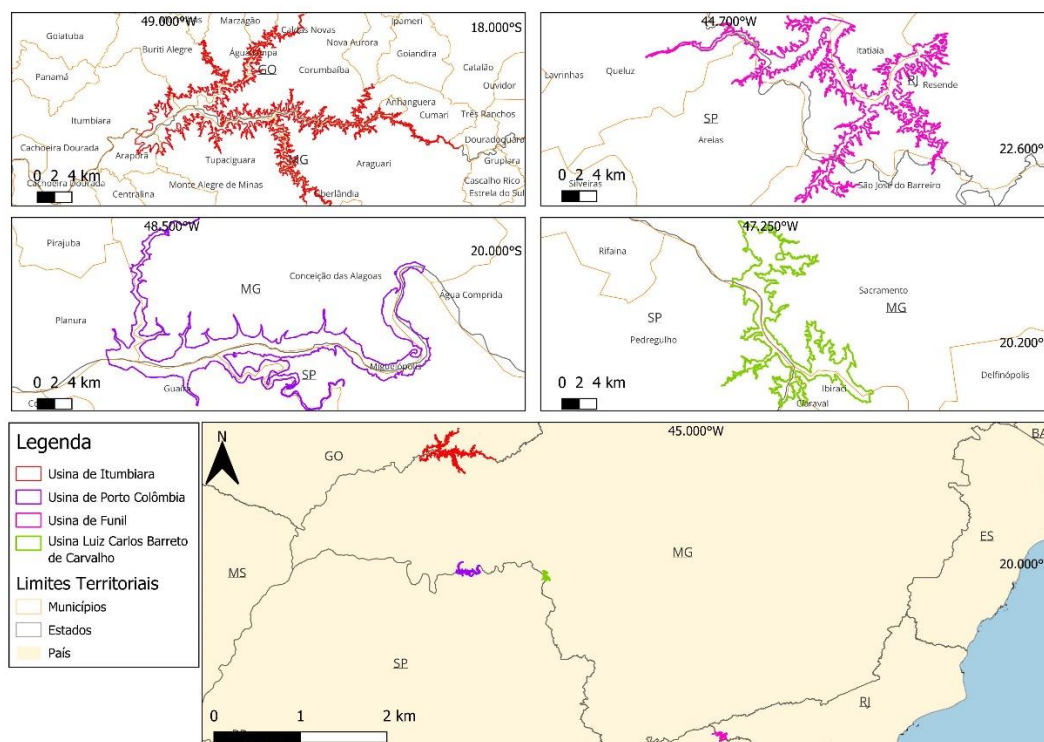
Fonte: ERM

²⁰ [Piauí cobra R\\$ 3,6 bi da União e Eletrobras por Cepisa \(poder360.com.br\)](https://poder360.com.br/piaui-cobra-r-36-bi-da-uniao-e-eletrobras-por-cepisa/)

²¹ [Supremo Tribunal Federal \(stf.jus.br\)](https://stf.jus.br)

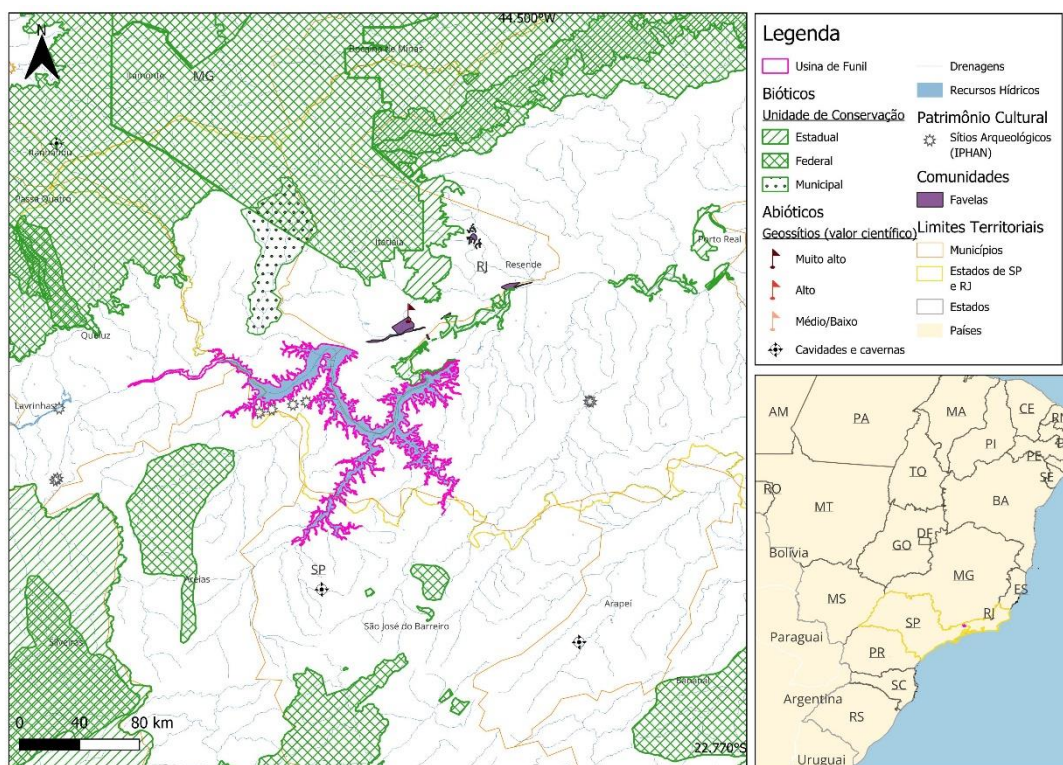
ANEXO I – ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS PROJETOS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS UHES



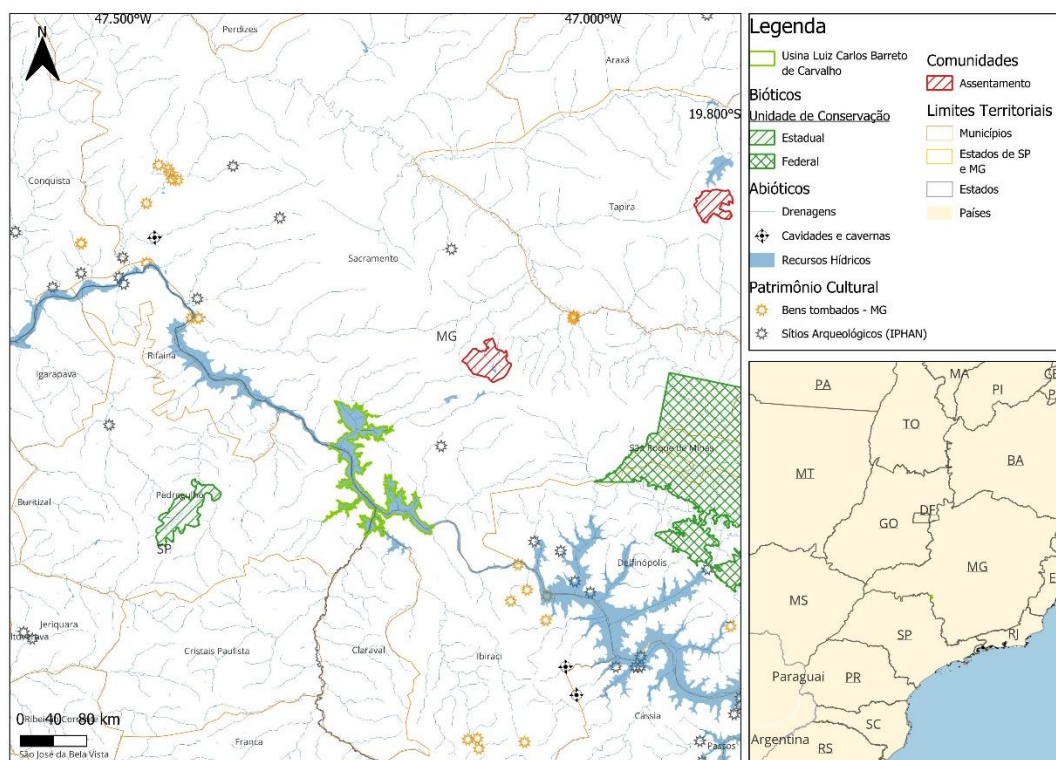
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela companhia

FIGURA 2 - UHE FUNIL



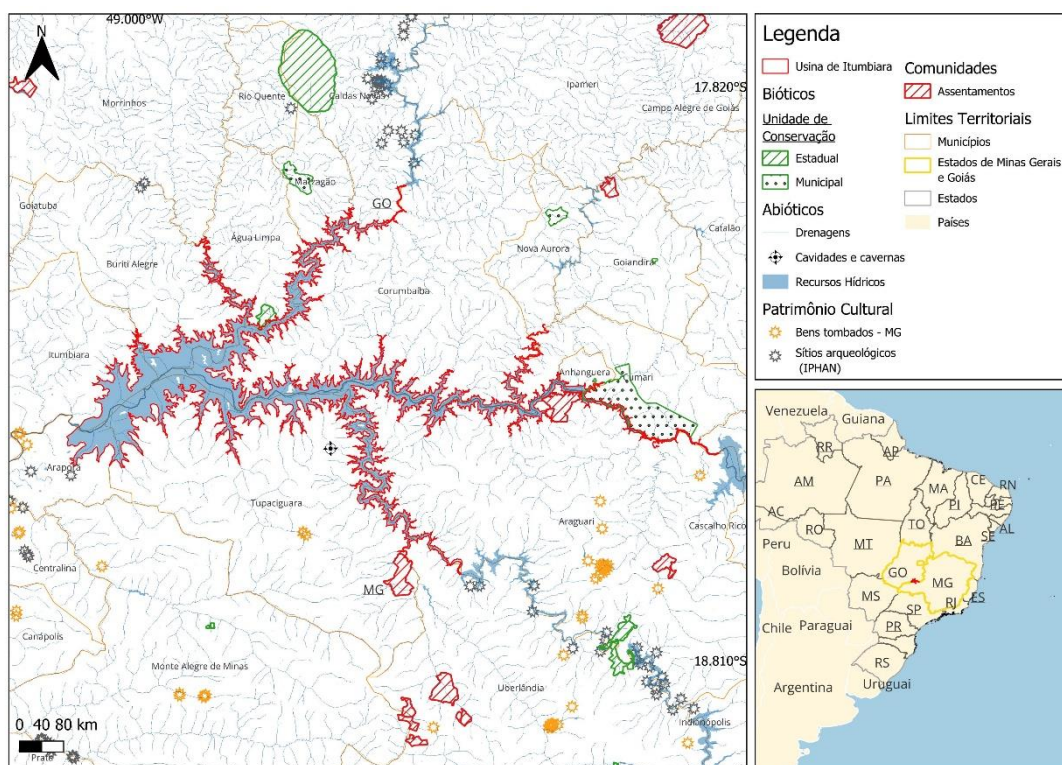
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela companhia

FIGURA 3 - UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO (ESTREITO)



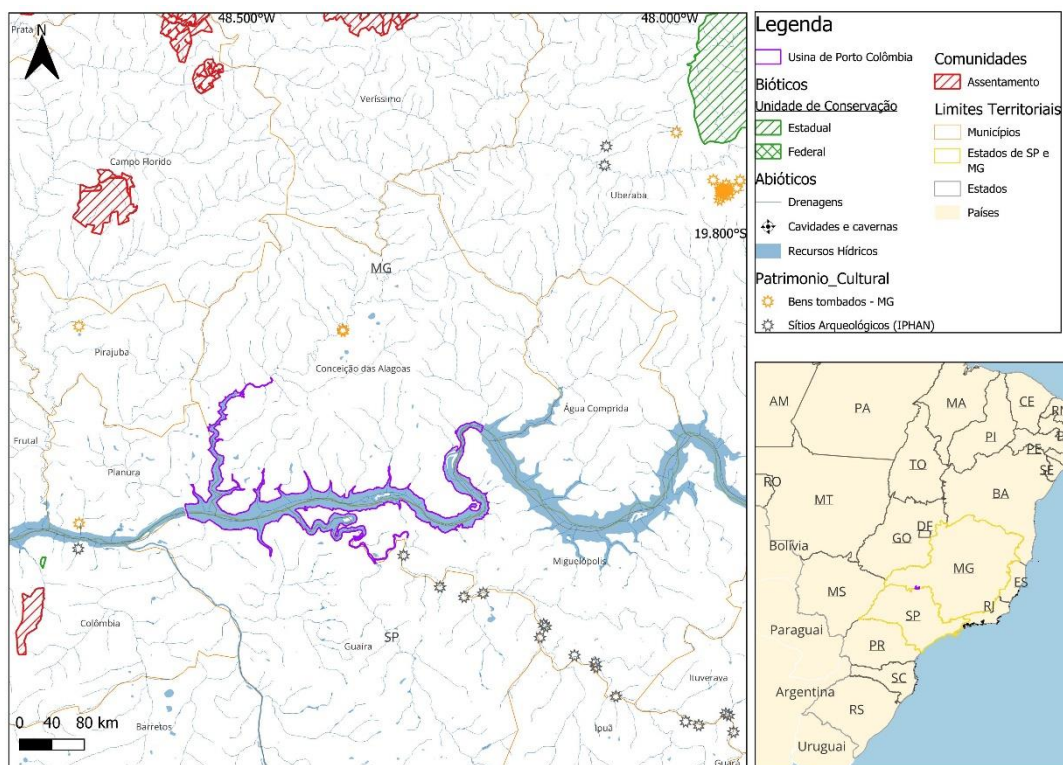
Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela companhia

FIGURA 4 - UHE ITUMBIARA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela companhia

FIGURA 5 - UHE PORTO COLÔMBIA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela companhia

ANEXO II - MÉTODOS

• CONTROVÉRSIAS

TABELA 8 - NÍVEIS DE SEVERIDADE E RESPONSABILIDADE RELACIONADOS ÀS CONTROVÉRSIAS

Níveis de Severidade	Parâmetros
Baixa	Controvérsias de menor impacto ou com poucos indivíduos impactados. Descumpre a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de baixa gravidade. O nível de dificuldade e/ou custo associado à remediação são baixos. <u>Exemplo:</u> Ministério Público moveu uma ação civil pública contra a empresa devido à má prestação de serviços de energia elétrica.
Moderada	Descumpre a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, causando danos de gravidade moderada. O nível de dificuldade e custo associado à remediação são medianos. <u>Exemplo:</u> Empresa faz acordo com MPT e deverá pagar por volta de R\$10 milhões em indenizações para trabalhadores demitidos
Severa	Descumpre a lei e/ou impacta negativamente os stakeholders, tendo causado danos significativos (em larga escala e/ou alta intensidade). A gravidade do impacto é alta e o nível de dificuldade e custo associado à remediação são altos, mas ainda existentes. <u>Exemplos:</u> Eletricista da empresa Energisa morreu após sofrer uma descarga elétrica enquanto realizava reparos na rede elétrica Ibama aplicou uma multa de R\$ 41,5 milhões à Energisa devido à um incêndio florestal
Muito Severa	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa. É o nível mais alto de severidade, e referem-se aos piores cenários socioambientais possíveis. De modo geral, envolvem impactos milionários ou bilionários, e/ou grande repercussão negativa na opinião pública, e/ou danos permanentes à imagem da empresa e/ou penalizações que colocam em xeque a continuação das atividades de uma companhia. <u>Exemplos:</u> Vazamento de resíduos de mineração resulta no maior acidente ambiental da história do setor A Justiça condenou a empresa por um incêndio causado por curto-circuito que destruiu 260 hectares de área florestal, incluindo áreas de reserva legal, de preservação permanente (APP) e mata ciliar.

Fonte: ERM

Níveis de Responsividade	Parâmetros
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação e realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa não assume responsabilidade na controvérsia, seja por estar aguardando um julgamento/posicionamento judicial ou por entender que não deve ser responsabilizada pelo ocorrido; e/ou realiza ações insuficientes para correção dos danos; e/ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação (pública ou retorno para a ERM) da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM

- NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO DO RELATÓRIO**

TABELA 9 - NÍVEIS DE ASSEGURAÇÃO

Níveis de Asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de uma asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Fonte: ERM



A ERM TEM MAIS DE 160 ESCRITÓRIOS NOS
SEGUINTE PAÍSES E TERRITÓRIOS EM TODO O
MUNDO

Argentina	Países Baixos
Austrália	Nova Zelândia
Bélgica	Peru
Brasil	Polônia
Canadá	Portugal
China	Romênia
Colômbia	Senegal
França	Cingapura
Alemanha	África do Sul
Gana	Coreia do Sul
Guiana	Espanha
Hong Kong	Suíça
Índia	Taiwan
Indonésia	Tanzânia
Irlanda	Tailândia
Itália	EAU
Japão	Reino Unido
Cazaquistão	NOS
Quênia	Vietname
Malásia	
México	
Moçambique	

ERM Brasil

Avenida Luis Carlos Berrini,
nº105 - Edifício Thera
Corporate, cj 171 - Cidade
Monções - São Paulo - Estado
de São Paulo.

www.erm.com